

DIREITO PENAL INTERNACIONAL AMBIENTAL

Orlindo Francisco Borges

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Orlindo Francisco Borges.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini
(Imagem de Andrey Grinkevich,
via Unsplash)

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização
prévia do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

BORGES, Orlindo Francisco.

Direito penal internacional ambiental - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-923-6

1. Direito. 2. Direito Penal. 3. Direito Ambiental. I. Título. II. Autor

CDU343

CDD341.5

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



1129760

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	23

PARTE I

OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO PENAL RECONHECIDOS PELO DIREITO INTERNACIONAL: BASES PARA UMA PRINCIPIOLOGIA PENAL INTERNACIONAL AMBIENTAL

1. NORMAS PRIMÁRIAS: PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO PENAL INTERNACIONAL	37
1.1. Princípios gerais em sentido estrito	37
1.1.1. Princípio da hierarquia das fontes aplicáveis à resolução de conflitos penais internacionais	37
1.1.2. Princípio da vedação de <i>bis in idem</i>	42
1.1.3. Princípio da Legalidade (<i>nullum crimen, nulla poena sine praevia lege</i>)	49
1.2. Princípio da responsabilidade individual e seus elementos de autoria e participação	60
1.2.1. Princípio da responsabilidade individual	60
1.2.2. Estrutura da responsabilidade individual: elementos de autoria e participação criminosa	62

1.2.2.1. Autoria imediata (autoria individual direta)	68
1.2.2.2. Co-autoria	71
1.2.2.3. Autoria mediata	73
1.2.2.4. Participação por Planejamento	75
1.2.2.5. Participação por Incitação	78
1.2.2.6. Participação pela Ordem	80
1.2.2.7. Cumplicidade (<i>aiding and abetting</i>)	83
1.2.3. Extensões de responsabilidade	84
1.2.3.1. Joint Criminal Enterprise (JCE)	84
1.2.3.2. Responsabilidade do superior	90
1.2.3.3 Tentativa	92
1.3. Causas excludentes de responsabilidade penal (defences)	93
2. NORMAS SECUNDÁRIAS: PRINCÍPIOS DE DIREITO INTERNACIONAL DO AMBIENTE E DE DIREITO HUMANITÁRIO INTERNACIONAL	97
2.1 Princípios de Direito Internacional Ambiental	98
2.1.1 Princípio da soberania sobre os recursos naturais e a responsabilidade de não causar danos ao ambiente de outros estados e áreas fora de sua jurisdição	98
2.1.2. Princípio da prevenção	102
2.1.3. Princípio do poluidor pagador	108
2.2. Princípios de Direito Humanitário Internacional	110
2.2.1. Princípio da distinção entre civis e combatentes e entre bens de caráter civil e objetos militares.	112
2.2.2. Princípio da proibição de ataques indiscriminados	114
2.2.3 Princípio da proporcionalidade	115
3. DA INTERRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL, AMBIENTAL E HUMANITÁRIO RECONHECIDOS PELO DIREITO INTERNACIONAL, COMO BASE NORMATIVA PARA O MICROSSISTEMA DE DIREITO PENAL INTERNACIONAL DO AMBIENTE	117

PARTE II**ANÁLISE CRÍTICA DOS MODELOS DE DIREITO PENAL
INTERNACIONAL DO AMBIENTE EXISTENTES**

1. ECOCÍDIO: UMA QUESTÃO AMBIENTAL PARA O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL?	129
1.1. Desenvolvimento conceitual	130
1.2. O tipo penal do ecocídio	138
1.2.1. Análise crítica em relação aos elementos objetivos do tipo (<i>actus reus</i>)	139
1.2.1.1. Problemas de imputação	140
1.2.1.2. Da necessidade de determinação das elementares do tipo e o princípio da legalidade	143
1.2.2. Análise crítica em relação aos elementos subjativos (<i>mens rea</i>)	146
1.3. Há adequação deste tipo à sistemática do Tribunal Penal Internacional?	148
1.3.1. Casos falaciosos	148
1.3.1.1. O vortex de lixo do Pacífico Norte (<i>Pacific garbage patch</i>)	149
1.3.1.2. O caso da “destruição da Amazônia”	151
1.3.2. Casos ambientais potencialmente tuteláveis pelo Estatuto de Roma	154
1.3.2.1. A tutela do ambiente por meio da proteção do patrimônio cultural de uma comunidade: Uma discussão a partir do caso da destruição do patrimônio cultural de Tombouctou (Timbuktu) durante os conflitos armados do Mali	155
1.3.2.2. O caso do extermínio de okapis em extinção por milícias no conflito armado do Congo	165
1.3.2.3. O caso da pulverização aérea de herbicidas na Colômbia	180
1.3.2.4. A remoção forçada de pessoas e o genocídio por impactos ambientais: o exemplo dos árabes dos pântanos mesopotâmicos (<i>mesopotamian marshlands and the marsh arabs</i>)	190

2. TUTELA PENAL INTERNACIONAL DO AMBIENTE PELA EXTENSÃO DO CONCEITO DE CRIME CONTRA A HUMANIDADE NO ESTATUTO DE ROMA.....	197
2.1. Análise do tipo penal	198
2.1.1. Quanto aos elementos objetivos (<i>actus reus</i>).....	198
2.1.2. Quanto aos elementos subjetivos (<i>mens rea</i>)	202
2.2. Há adequação desta proposta à sistemática do Tribunal Penal Internacional (TPI)?.....	203
 3. FALAMOS, VERDADEIRAMENTE, DE UM CRIME AMBIENTAL OU CONTINUAMOS A "ESCREVER VERDE POR LINHAS TORTAS"?	205
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
I. Doutrina	215
II. Instrumentos normativos e consultivos	225
III. Casos e jurisprudências	229
IV. Sítios da internet e reportagens.....	231
 ECOCIDE ACT.....	235
PREAMBLE	235
PART I	237
PART II	239
PART III	241